

**CONTRATO PARA A GESTÃO DA ESTRATÉGIA DE  
DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BASE COMUNITÁRIA (DLBC)  
DO  
GRUPO DE AÇÃO LOCAL (GAL)  
GAL RURAL – ADER-SOUSA - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO  
RURAL DAS TERRAS DO SOUSA**

Considerando que:

- i. Os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) constituem uma contribuição fundamental para a recuperação económica e estrutural do país, consagrada no Acordo de Parceria que Portugal assinou com a Comissão Europeia, onde foram adotados os princípios de programação da «Estratégia Europa 2020» e políticas de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial.
- ii. A aplicação dos FEEI em Portugal está subordinada às prioridades de promoção da competitividade e internacionalização da economia, de formação de capital humano, de promoção da coesão social e territorial, da reforma do Estado, no quadro do desenvolvimento sustentável e das exigências do processo de consolidação orçamental.
- iii. As Estratégias Territoriais previstas no Acordo de Parceria configuram um contributo muito relevante para o reforço da dimensão territorial da Estratégia Europa 2020.
- iv. Em concreto, o Acordo de Parceria propõe, para o período 2014-2020, potenciar a experiência de ciclos de programação anteriores na promoção de abordagens integradas de cariz *bottom-up*, promovidas pelas comunidades locais, com especial destaque para a abordagem LEADER, através da mobilização do instrumento regulamentar Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC).
- v. Ainda segundo o Acordo de Parceria, o instrumento DLBC pretende dar resposta aos elevados níveis de desemprego e aos crescentes índices de pobreza, através da dinamização económica local, da revitalização dos mercados locais e da sua articulação com territórios mais amplos e, em geral, da diversificação das economias locais, do



estímulo à inovação social e à busca de novas respostas a problemas de pobreza e de exclusão social em territórios desfavorecidos em contexto urbano e em territórios rurais ou costeiros economicamente fragilizados ou de baixa densidade populacional.

- vi. O instrumento DLBC, nos termos definidos no artigo 66.º do DL n.º 137/ 2014, de 12 de setembro, corresponde à materialização das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) que se pretendem integradas e multissetoriais para a promoção do desenvolvimento local e que se destina a responder aos objetivos e necessidades de um determinado território, sendo concebidas e executadas pelas comunidades locais organizadas em Grupos de Ação Local (GAL).
- vii. O processo de lançamento do instrumento DLBC envolveu duas fases, organizadas através de concurso e convite conjuntos das Autoridades de Gestão envolvidas no financiamento deste instrumento, que integraram a respetiva Comissão de Avaliação: a primeira fase, através de concurso, relativa à pré-qualificação das parcerias e a segunda fase, através de convite, relativa à seleção das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) e reconhecimento dos Grupos de Ação Local (GAL).
- viii. A seleção da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) e o reconhecimento do GAL Rural – ADER-SOUSA - Associação de Desenvolvimento Rural das Terras do Sousa foi concluído em 23 de novembro de 2015, por decisão da Comissão de Avaliação constituída para o efeito.

é celebrado o presente contrato entre:

Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020, neste ato representada por Patrícia Cotrim que outorga na qualidade de Gestora da Autoridade de Gestão, nos termos previstos no Despacho n.º 13279-F/2014, de 31 de outubro;

Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020, neste ato representada pelo Presidente da Comissão Diretiva, Emídio Gomes, nos termos previstos no n.º 2 do mapa VI da Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 11 de dezembro, publicada no Diário da república, 1.ª Série, n.º 242, de 16 de dezembro de 2014 e no Despacho



n.º 10583/2013, de 14 de agosto, da Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território;

E o,

Grupo de Ação Local Rural – GAL ADER-SOUSA (ADER-SOUSA) neste ato representado pela Associação de Desenvolvimento Rural das Terras do Sousa - ADER-SOUSA, que outorga na qualidade de Entidade Gestora, pessoa coletiva nº 503046337, com sede no Mosteiro de Pombeiro – Pombeiro - 4610-212 Felgueiras, neste ato representada por Celso Manuel Gomes Ferreira, na qualidade de Presidente da Direção e Cristina Maria Mendes da Silva Moreira, na Vice-Presidente da Direção;

O presente contrato rege-se pelo disposto nas cláusulas seguintes e nos documentos anexos, que dele fazem parte integrante:

#### **Cláusula 1ª**

##### **Objeto**

O contrato para a gestão da estratégia de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), adiante designado de contrato, é celebrado ao abrigo do artigo 66º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, e define, em complemento à aplicação da regulamentação comunitária e nacional aplicável, os termos e condições em que as Autoridades de Gestão dos Programas financiadores apoiam a Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL), nos termos do Anexo 1, acordada com a ADER-SOUSA, e os compromissos desta entidade em termos de investimentos, metas e resultados a alcançar no território constante do Anexo 2.

#### **Cláusula 2ª**

##### **Dotação financeira**

1. Para o financiamento da Estratégia de Desenvolvimento Local, as Autoridades de Gestão dos Programas financiadores asseguram para o período de vigência dos Programas um apoio global de Fundo que totaliza 4.317.064,20 euros.
2. A Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020 assegura um apoio de 2.052.464,20 euros do FEADER, para comparticipar os projetos enquadrados nas Medidas previstas no Anexo 3.



3. A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020 assegura um apoio de 849.225,00 euros FEDER e de 1.415.375,00 euros FSE, que totalizam um montante de 2.264.600,00 euros para comparticipar os projetos enquadrados nas tipologias de ação das prioridades de investimento previstas no Anexo 3.

### **Cláusula 3ª**

#### **Metas, resultados, acompanhamento e avaliação**

1. A ADER-SOUSA compromete-se a contribuir para o cumprimento das metas dos Programas financiadores através das metas dos indicadores de realização e dos indicadores de resultado associados às medidas e tipologias de operações/prioridades de investimento contratualizadas, previstas no Anexo 3.
2. Nos termos do n.º 9 do artigo 66.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, o contrato é objeto de avaliação intercalar em 2019, podendo ser alvo de revisão, em sentido decrescente ou crescente, ou rescisão em função do grau de concretização das metas previstas para 2018 nos indicadores de realização e resultado, nos termos a definir na operacionalização do quadro de desempenho do Portugal 2020 e dos seus programas.
3. A ADER-SOUSA, conforme estabelecido na regulamentação comunitária e nacional aplicável, compromete-se a responder atempadamente a todas as solicitações das entidades europeias, nacionais e dos Programas financiadores, nomeadamente relacionadas com os processos de acompanhamento, monitorização e avaliação.
4. De forma autónoma à avaliação referida no número 2 da presente cláusula, a ADER-SOUSA compromete-se a realizar uma avaliação intercalar de operacionalização e dos primeiros resultados da implementação do contrato, a concluir até ao final do primeiro trimestre de 2019, com referência a 31 de dezembro de 2018.

### **Cláusula 4ª**

#### **Vigência**

O presente contrato produz efeitos na data da sua assinatura, sendo válido enquanto vigorarem os Programas financiadores e não for denunciado por algum dos subscritores, nos termos acordados na adenda ao contrato ou no protocolo de articulação funcional referidos na cláusula seguinte.





### Cláusula 5ª

#### Elementos integrantes do contrato

1. As competências delegadas, bem como os restantes direitos e deveres da ADER-SOUSA, serão objeto de adenda ao presente contrato ou de protocolo de articulação funcional, a outorgar com cada uma das Autoridades de Gestão dos Programas financiadores.
2. No caso da delegação de competências enquanto organismo intermédio pela Autoridade de Gestão do Norte 2020, ocorrerá na sequência da homologação prevista na alínea g) do n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro.
3. Fazem ainda parte integrante do contrato os seguintes anexos:

Anexo 1: EDL aprovada pela Comissão de Avaliação.

Anexo 2: Território de intervenção.

Anexo 3: Quadro de financiamento por Fundo e Prioridade de Investimento/ Medida e Quantificação das metas dos indicadores de desempenho do contrato (realização e resultado) para 2018 e 2023

Ponte de Sor, em 27 de janeiro de 2016

*Feito em triplicado, o presente Contrato é assinado pelas partes valendo estes exemplares como originais.*



A Gestora do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020

Patrícia Cotrim

O Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020

Emídio Gomes

O Grupo de Ação Local Rural - GAL ADER-SOUSA - Associação de Desenvolvimento Rural das  
Terras do Sousa

Presidente da Direção

Celso Manuel Gomes Ferreira

Vice-Presidente da Direção

Cristina Maria Mendes da Silva Moreira



↓

~~SECRET~~  
SECRET

# ANEXO 1



## Comprovativo da Candidatura DLBC 2ª Fase DLBC-99-2015-02-039

### Caracterização do Promotor

#### Aviso

Código	Designação
DLBC-99-2015-02	DLBC 2ª fase – Período para submissão dos ajustamentos às candidaturas, conforme decisão da Comissão de Avaliação dos DLBC de 27/11/2015

#### Programa Operacional

Desenvolvimento Local de Base Comunitária

#### Eixo Prioritário

Não aplicável

#### Objetivo Temático

Não aplicável

#### Prioridade de Investimento

Não aplicável

#### Tipologia de intervenção

Não aplicável

#### Plano Estratégico

### Identificação do Promotor

<b>NIF</b>	<b>Nome ou Designação Social</b>
503046337	ADER-SOUSA-ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DAS TERRAS DO SOUSA
<b>Morada (Sede Social)</b>	MOSTEIRO DE POMBEIRO-POMBEIRO
<b>Código Postal</b>	<b>Localidade</b>
4610-000	FELGUEIRAS
<b>NUT III</b>	<b>NUT II</b>
Tâmega e Sousa	Norte
<b>Telefone</b>	<b>E-mail</b>
255311230	adersousa@adersousa.pt
<b>Telefax</b>	

255311275

**URL****Tipologia de Beneficiário**<http://www.adersousa.pt>

Agências e associações de desenvolvimento regional e local

**Identificação do Responsável Técnico da Operação****Nome Responsável**

José António Barbieri Cardoso

**Telefone Responsável**

255311230

**Cargo Responsável**

Coordenador

**Telemóvel Responsável**

968011580

**Serviço/Departamento**

Coordenação da Equipe Técnica

**Email Responsável**

barbiericardoso@adersousa.pt

**Email Alternativo**

adersousa@adersousa.pt

**Experiência da Parceria****Experiência da parceria na implementação de estratégias de desenvolvimento**

[auto-avaliação da capacidade de implementação da contratualização de fundos em quadros anteriores, incluindo os resultados alcançados]

A ADER-SOUSA é uma das poucas ADL certificadas, segundo a norma NP EN ISO9001, para a gestão de incentivos financeiros e desenvolvimento de projetos, tendo implementado um SGQ desde 2005.

Entidade gestora dos Programas de IC LEADER, LEADER II e LEADER + e do SP3-PRODER.

No LEADER o território incluiu Felgueiras e Paços de Ferreira e ainda 3 freguesias de Lousada, num total de 45, abrangendo uma população de 86.050 habitantes, resultando num investimento de cerca de 1.625.000€, pela realização de 35 projetos, e criação de 21 postos de trabalho.

No LEADER II o território incluiu 75 freguesias de Felgueiras, Lousada e Paços de Ferreira, abrangendo uma população de 41.812 habitantes e envolveu um investimento de cerca de 5.913.000€, traduzindo-se na realização de 156 projetos e criação de 47 postos de trabalho a tempo inteiro e 312 a tempo parcial.

No LEADER+ o território foi alargado a Paredes e Penafiel e, por isso, definido ao nível do lugar, tendo sido incluídas 101 freguesias, abrangendo uma população de 99.106 habitantes e resultando num investimento de cerca de 5.891.000€, traduzindo-se na realização de 35 projetos e criação de 36 postos de trabalho inteiro e 78 a tempo parcial.

No SP3-PRODER, por força do mapa rural então definido, foram abrangidas apenas 65 freguesias dos 5 municípios, num total de 149.992 habitantes. Até à data já foram investidos cerca de 12.112.000€ e concluídos 61 projetos, resultado na criação de 74 postos de trabalho.

Para além da gestão dos programas acima referidos a Ader-Sousa desenvolveu uma série de projetos de relevante importância para o território, designadamente:

Programa de Formação para a Promoção e Dinamização da Rota do Românico do Vale do Sousa (ON/Medida 2.5-Ações Integradas de Base Territorial-Empregabilidade do Eixo 2, 2005-2007) – entidade responsável pela formação e desenvolvimento de um programa de formação com objetivo de colmatar as deficiências em recursos humanos qualificados e especializados no território no sector do turismo. O

programa ofereceu um conjunto de 12 cursos nos domínios do Turismo, Cultura, Marketing, Cartografia, Arquitetura, Novas Tecnologias, Empreendedorismo, Gestão, Estratégia, Gastronomia e Ordenamento do Território.

Aldeias de Burgo, Cabroelo, Quintandona (AGRI-S-Ação 7-Subação 7.1) – entidade responsável pela organização e acompanhamento de todo o processo de valorização de 3 aldeias das Terras do Sousa, através da recuperação de edifícios de traça tradicional e de intervenções nos espaços públicos, melhorando assim as condições de vida da população aí residente.

Atualmente a Ader-Sousa desenvolve três projetos com grande impacto no território:

Há Festa na Aldeia – metodologia aplicada às Aldeias de Portugal de Figueira, Burgo e Castromil, que tem como principais objetivos o envolvimento da população para recuperar tradições, preservar a memória coletiva e dinamizar ações que lhes despertem a paixão pela aldeia, assumindo-se, ainda, como uma âncora do desenvolvimento local pelo estímulo ao surgimento de atividades económicas complementares.

Projeto Rios – visa a adoção de troços de rios com o objetivo da sua monitorização e proposta de ações de melhoria, estando a dinamizar 4 grupos.

PROVE - responsável por esta metodologia de comercialização de proximidade nas Terras do Sousa, onde existem 11 núcleos de produtores, envolvendo 14 agricultores, que entregam mensalmente cerca de 1600 cabazes, num total de 13 toneladas de produtos hortofrutícolas, a cerca de 530 consumidores.

Associada

MINHA TERRA, entidade constituída no ano 2000 por iniciativa de um grupo de ADL institucionalizando uma rede que se consolidava sob o denominador comum da convergência de objetivos, do diálogo, da partilha e de um vasto trabalho conjunto no desenho e implementação de soluções e intervenções em prol do desenvolvimento local.

ANIMAR, entidade fundada em 1993 e que reúne atualmente mais de 75 organizações e 100 pessoas com intervenção nas áreas do desenvolvimento local, da economia social e solidária, da educação formal e não-formal, do associativismo e da cidadania ativa.

ATA, que resulta de uma parceria entre ADL com o objetivo de reforço da representação dos seus territórios, através da promoção e dinamização turística das aldeias, assim como dos seus recursos endógenos locais e regionais, através da marca Aldeias de Portugal.

QUALIFICA, entidade que tem por missão valorizar, qualificar, promover e defender os produtores, os produtos e as empresas que produzem, preparam e ou comercializam produtos tradicionais, agroalimentares ou não alimentares.

Membro:

Rede Rural Nacional, estrutura de ligação entre agentes do desenvolvimento rural que partilham as suas experiências e conhecimentos para melhorar o seu desempenho e obter melhores resultados.

Bolsa de Terras – entidade GeOP, ou seja, é uma das entidades autorizadas a praticar atos de gestão operacional da «Bolsa de terras» nas Terras do Sousa.

## Entidades

NIF	Designação	Data da Constituição	Data Início da Atividade	CAE	Tipo
501091823	Câmara Municipal de Felgueiras	13/02/2015	13/02/2015	84113	Administração Local
500305889	Terras de Felgueiras - Caves Felgueiras, CRL	03/10/1957	01/01/1986	11021	Cooperativa
504575848	E. P. F. - ENSINO PROFISSIONAL DE FELGUEIRAS, LDA	30/07/1999	30/07/1999	85320	Escolas Profissionais Privadas
501603719	Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Terras do Sousa, Ave, Basto e Tâmega	01/05/1985	01/05/1985	64190	Cooperativa
502173297	MUNICIPIO DE PAÇOS DE FERREIRA	06/11/1836	01/01/1974	84113	Autarquias Locais

500979294	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DE BARROSAS	29/01/1980	14/12/1995	94995	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
500303665	A Lavoura do Concelho de Paços de Ferreira, CRL	17/02/1975	12/03/1976	46214	Cooperativa
507578023	ADATERRA - Associação de Desenvolvimento e Amigos da Terra de Carvalhosa	20/01/2006		94995	Associações e fundações privadas
500008540	Adega Cooperativa de Lousada, CRL	12/03/1958	22/08/1958	11021	Cooperativa
501326936	Associação de Cultura Musical de Lousada	22/10/1996	14/09/1997	85593	Associações e fundações privadas
506656128	MUNICÍPIO DE PAREDES		01/12/1987	84113	Autarquias Locais
501748431	Associação Empresarial de Paredes	01/01/1975	01/01/1989	94110	Associações e fundações privadas
508002206	Confraria do Melão Casca de Carvalho	10/04/2009	28/08/2009	94995	Associações e fundações privadas
501122168	COOPENAFIEL - Cooperativa Agrícola de Penafiel, CRL	04/09/1976	04/09/1976	46211	Cooperativa
510624758	CPCVS - Confraria de Presunto e da cebola de Vale do Sousa	05/04/2013	28/08/2013	94995	Associações e fundações privadas
501390120	Cooperativa de Eletrificação a LORD CRL	10/05/1933	10/05/1933	35130	Cooperativa
513406069	CCF -Associação para o Desenvolvimento de Freamunde	04/02/2015	04/02/2015	94995	Associações e fundações privadas
501206671	Cooperativa Agrícola do Concelho de Paredes, CRL	07/09/1984	10/11/1975	47784	Cooperativa
502880830	Associação Cultural José Guilherme Pacheco	02/09/1992	13/01/1993	85520	Associações e fundações privadas
508294789	APPIS - Associação Paredes Pela Inclusão Social	14/09/2007	01/10/2007	88990	Associações e fundações privadas
502865598	PAÇOS 2000 - Associação para a Promoção das Classes Menos Favorecidas	17/08/1992	01/09/1992	88990	Associações e fundações privadas

500968730	AEP - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PENAFIEL	04/11/1975	01/01/1991	94110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
506196917	PENAFIEL ACTIVA - ENTIDADE EMPRESARIAL LOCAL, EM	23/08/2002	23/08/2002	93110	Autarquias Locais
501132341	ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE FELGUEIRAS	26/08/1975	02/04/2001	94110	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
505279460	Município de Lousada	13/02/2015	13/02/2015	84113	Administração Local
500726019	Copagri - Cooperativa Agrícola de Lousada, CRL	22/04/1977	13/02/2015	46211	Cooperativa
502006617	Associação Industrial de Lousada	29/07/1987	13/02/2015	94110	Associações e fundações privadas
504426290	AVE - Cooperativa de Intervenção Psico-Social, CRL	31/08/1999	21/06/1999	88990	Unidades de I&D
501994335	ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PAÇOS DE FERREIRA	19/02/1988	19/02/1988	94110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
503046337	ADER-SOUSA-ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DAS TERRAS DO SOUSA	20/09/1991	02/01/1992	94995	Agências e associações de desenvolvimento regional e local

## Caracterização do DLBC

### Identificação da área de intervenção do Pacto

**NUTS III**

Tâmega e Sousa

**Grupo Ação Local**

Rural

**Localizações**

NUTS2	NUTS3	Concelho	Freguesia	Percentagem
Norte	Tâmega e Sousa	Felgueiras	Aião	0,57%

Norte	Tâmega e Sousa	Felgueiras	Airões	1,66%
Norte	Tâmega e Sousa	Felgueiras	Friande	1,23%
Norte	Tâmega e Sousa	Felgueiras	Idães	1,67%
Norte	Tâmega e Sousa	Felgueiras	Jugueiros	0,87%
Norte	Tâmega e Sousa	Felgueiras	Penacova	0,76%
Norte	Tâmega e Sousa	Felgueiras	Pinheiro	0,70%
Norte	Tâmega e Sousa	Felgueiras	Pombeiro de Ribavizela	1,48%
Norte	Tâmega e Sousa	Felgueiras	Refontoura	1,39%
Norte	Tâmega e Sousa	Felgueiras	Regilde	0,86%
Norte	Tâmega e Sousa	Felgueiras	Sendim	1,09%
Norte	Tâmega e Sousa	Felgueiras	União das freguesias de Pedreira, Rande e Sernande	2,33%
Norte	Tâmega e Sousa	Felgueiras	União das freguesias de Torrados e Sousa	2,32%
Norte	Tâmega e Sousa	Felgueiras	União das freguesias de Unhão e Lordelo	0,77%
Norte	Tâmega e Sousa	Felgueiras	União das freguesias de Vila Cova da Lixa e Borba de Godim	4,14%
Norte	Tâmega e Sousa	Felgueiras	União das freguesias de Vila Fria e Vizela (São Jorge)	0,80%
Norte	Tâmega e Sousa	Felgueiras	União das freguesias de Vila Verde e Santão	1,06%
Norte	Tâmega e Sousa	Lousada	Aveleda	1,38%
Norte	Tâmega e Sousa	Lousada	Caíde de Rei	1,69%
Norte	Tâmega e Sousa	Lousada	Lodares	1,34%
Norte	Tâmega e Sousa	Lousada	Macieira	0,90%
Norte	Tâmega e Sousa	Lousada	Meinedo	2,71%
Norte	Tâmega e Sousa	Lousada	Nevogilde	1,75%
Norte	Tâmega e Sousa	Lousada	Sousela	1,20%
Norte	Tâmega e Sousa	Lousada	Torno	1,70%
Norte	Tâmega e Sousa	Lousada	Vilar do Torno e Alentém	0,90%
Norte	Tâmega e Sousa	Lousada	União das freguesias de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida)	1,45%





Norte	Tâmega e Sousa	Lousada	União das freguesias de Figueiras e Covas	1,41%
Norte	Tâmega e Sousa	Lousada	União das freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo Estêvão)	3,86%
Norte	Tâmega e Sousa	Lousada	União das freguesias de Nespereira e Casais	2,33%
Norte	Tâmega e Sousa	Paços de Ferreira	Carvalhosa	3,06%
Norte	Tâmega e Sousa	Paços de Ferreira	Eiriz	1,54%
Norte	Tâmega e Sousa	Paços de Ferreira	Ferreira	2,90%
Norte	Tâmega e Sousa	Paços de Ferreira	Figueiró	1,67%
Norte	Tâmega e Sousa	Paços de Ferreira	Meixomil	2,46%
Norte	Tâmega e Sousa	Paços de Ferreira	Penamaior	2,55%
Norte	Tâmega e Sousa	Paços de Ferreira	Raimonda	1,72%
Norte	Tâmega e Sousa	Paços de Ferreira	Seroa	2,44%
Norte	Tâmega e Sousa	Paços de Ferreira	Frazão Arreigada	4,19%
Norte	Tâmega e Sousa	Paços de Ferreira	Sanfins Lamoso Codessos	3,85%
Norte	Área Metropolitana do Porto	Paredes	Aguiar de Sousa	1,09%
Norte	Área Metropolitana do Porto	Paredes	Cete	2,08%
Norte	Área Metropolitana do Porto	Paredes	Parada de Todeia	1,24%
Norte	Área Metropolitana do Porto	Paredes	Sobreira	2,87%
Norte	Tâmega e Sousa	Penafiel	Bustelo	1,13%
Norte	Tâmega e Sousa	Penafiel	Cabeça Santa	1,69%
Norte	Tâmega e Sousa	Penafiel	Canelas	1,10%
Norte	Tâmega e Sousa	Penafiel	Capela	0,70%
Norte	Tâmega e Sousa	Penafiel	Croca	1,18%
Norte	Tâmega e Sousa	Penafiel	Eja	0,69%
Norte	Tâmega e Sousa	Penafiel	Fonte Arcada	1,06%
Norte	Tâmega e Sousa	Penafiel	Irivo	1,46%
Norte	Tâmega e Sousa	Penafiel	Paço de Sousa	2,60%

Norte	Tâmega e Sousa	Penafiel	Sebolido	0,61%
Norte	Tâmega e Sousa	Penafiel	Valpedre	1,05%
Norte	Tâmega e Sousa	Penafiel	Rio Mau	0,94%
Norte	Tâmega e Sousa	Penafiel	Lagares e Figueira	1,91%
Norte	Tâmega e Sousa	Penafiel	Termas de São Vicente	3,36%
Norte	Tâmega e Sousa	Felgueiras	Revinhade	0,54%

## Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial

### Situação atual do território

O território de intervenção (TI) é constituído por 59 das 93 freguesias que fazem parte das Terras de Sousa (TS) (Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel), abrangendo uma área de 388,07 km<sup>2</sup>, ou seja, 60% destas. Residem no TI 149508 habitantes (46,6% da totalidade das TS), representando as mulheres 50,8%. Entre 2001 e 2011, verificou-se um acréscimo de 3016 habitantes, ou seja, mais 2,1%, enquanto no Tâmega e Sousa e na Região Norte verificaram-se decréscimos de 0,4% e de 0,1%, respetivamente, e em Portugal Continental um acréscimo de 1,8%. Na distribuição por faixa etária verifica-se que 18% está nos 0-14, 13,7% nos 15-24, 56,4% nos 25-64 e 11,9% nos 65 e mais anos. Apesar de se constatar que continua a ser uma população jovem, observa-se também que no referido período se verificou um decréscimo de 3,9% na dos 0-14 e de 2,8% na dos 15-24, com o contraponto do aumento de 4,3 e de 2,5% nas faixas etárias dos 25-64 e dos 65 e mais anos, respetivamente. Ou seja, assiste-se a menos nascimentos e a um prolongamento da esperança de vida, o que se repercute no envelhecimento da população. Mesmo assim, é relevante o peso dos jovens (0-25) que representam 31,7% da população, enquanto a média nacional é 25,5%, a do Norte é 26,6% e a do Tâmega e Sousa é 30,6%.

A existência de uma grande percentagem de população jovem é um indicativo premente quanto à necessidade de criação de emprego qualificado que acorra à sua entrada no mercado de trabalho, desincentivando a emigração.

Em 2011, 31,2% dos residentes possuía o 1º ciclo do ensino básico, 19,7% o 2º ciclo, 15,6% possuía o 3º ciclo e 20,7% não detinha qualquer nível de ensino; 8,3% da população possuía o ensino secundário completo e apenas 0,4% possuía o ensino médio e 4,0% o ensino superior. A taxa de analfabetismo era de 5,3%.

Assim, verifica-se a necessidade de se continuar a apostar na formação e qualificação da população, sendo um dos fatores mais influentes na dificuldade de obtenção de um emprego.

O TI conta com cerca de 74.708 ativos (taxa de atividade de 50,0%), existindo 65.147 indivíduos empregados, 55,6% homens e 44,4% mulheres, e 9.561 desempregados 49,9% homens e 50,1% mulheres. A taxa de desemprego aumentou na última década de 3,6% para 12,8%. Quanto à situação de desemprego, 82,9% eram desempregados à procura de emprego e 17,1% eram desempregados à procura de 1º emprego. Em 2011, a principal fonte de apoio à população desempregada eram a família e os subsídios de apoio social. Em 2011, da população residente empregada, cerca de 1,7% estava no sector primário, 55,0% no sector secundário e 43,4% no sector terciário. Relativamente aos valores de 2001, verifica-se que o sector primário baixou a percentagem de população empregada em 52,7% e o secundário em 20,0%, enquanto o sector terciário registou um aumento de 29,3%.

Segundo o PAPE, verifica-se que o desemprego se regista principalmente na classe etária dos 35-54 anos (45,8%) e em idades superiores aos 54 anos (20,9%), mas é igualmente grave verificar que o desemprego jovem é superior ao registado na Região Norte e no Continente. Constata-se que 33,9% dos desempregados têm apenas o 1º ciclo do ensino básico, muito superior ao registado na Região Norte e Continente, com 25,2% e 21,0%, respetivamente. Ou seja, é um perfil de desempregado com menos qualificações, o que



dificulta a sua colocação em virtude de uma menor capacidade de adaptação e de reconversão profissional.

É também interessante observar a evolução do perfil do emprego por profissão entre 2001 e 2011, comparando-a com a da Região Norte, verificando-se um aumento superior nos técnicos profissionais de nível intermédio, um aumento equivalente nos especialistas das profissões intelectuais e científicas, e uma redução superior nos operários, artífices e trabalhadores similares (superior a 40% para inferior a 10%) e nos operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem, mas, ao contrário da Região Norte, verificou-se um acréscimo nos trabalhadores não qualificados. No que toca a agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura é de referir que a redução ocorrida foi inferior à verificada na Região Norte.

Em termos económicos, continua a predominar o setor secundário, não obstante a diminuição de ativos durante a última década, facto que igualmente se verificou no setor primário, em contraponto com o terciário. A indústria transformadora emprega 40% da população ativa e é responsável por 36% do volume de negócios. A especialização industrial do território ocorre essencialmente nos setores do couro e do vestuário, apesar do mobiliário, dos produtos metálicos, das indústrias alimentares e da extração de pedra, também serem bastante significativos.

Na componente agrária, com base no RGA de 2009, verificamos que houve um decréscimo generalizado da importância económica da agricultura, que no entanto, continua a ter um papel primordial na manutenção da paisagem e, principalmente, no equilíbrio do rendimento familiar. Existem nas TS 4.624 explorações com SAU, tendo ocorrido um decréscimo de 24% relativamente a 1999. Das explorações com SAU, 25,9% tem menos de 1 ha, 63,5% tem entre 1 e 5 ha, e apenas 10% tem entre 5 e 10 ha. Ou seja, para além de se encontrar muito fragmentadas, as explorações são pequenas. Apesar de ter verificado um decréscimo de 28,3% entre 1999 e 2009, a vinha continua a ser a principal cultura permanente, enquanto nas culturas temporárias se destacam os cereais para grão e culturas forrageiras. A população agrícola familiar era de 7,120, tendo tido uma redução desde 1999, de 37,3%.

No que se refere ao nível de instrução ao nível dos agricultores singulares verificava-se que, em 2009, nas TS, 30,7% não tinha qualquer nível de instrução, se bem que, destes, 31,9% não sabia ler nem escrever e 68,1% sabia ler e escrever. Se considerarmos o universo total dos produtores, 9,8% não sabia ler nem escrever; 20,9% sabia ler e escrever; 48,2% tinha o 1º ciclo ou 4ª classe; 7,9% tinha o 2º ciclo ou 6º ano; 4,8% tinha o 3º ciclo ou 9º ano; 3,1% tinha o ensino secundário/pós-secundário (destes apenas 3,5% tinha o ensino secundário/pós-secundário agrícola/florestal); e 5,2% tinha o ensino superior (destes apenas 13,9% tinha ensino superior agrícola/ florestal). Finalmente, no que se refere à formação profissional agrícola, verificamos que em 90,5% dos produtores singulares esta era proveniente exclusivamente da prática, em 8,6% era proveniente de curso(s) de formação profissional e 0,8% é proveniente de curso secundário ou superior agrícola. Pelo exposto verificamos que o nível de instrução dos agricultores continua a ser muito baixo e que é certamente um dos fatores para produtividades e rentabilidades muito baixas na agricultura.

Em termos da atividade turística verifica-se que já existe um número razoável de camas, mas verifica-se falta de organização / associativismo em termos do denominado turismo rural. Relativamente a empresas de animação, apenas existem 9, pelo que atuam no TI empresas “externas”, sendo esta uma das lacunas no território, isto é, organização da oferta de forma concertada e de fácil acesso aos visitantes. A restauração é representada por cerca de 50 unidades TI no entanto nem todos estão devidamente qualificados em termos de serviço e/ou infraestrutura.

Em termos do património temos de destacar os 19 monumentos da Rota do Românico, sendo por isso de grande importância para a dinamização turística do território, pois esta teve 10.750, 10.080, 7.893 e 10.371 visitantes nos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014, respetivamente. Destacamos a também existência no TI de 6 Aldeias de Portugal.

Apesar de existirem cerca de 625 artesãos, apenas estão registadas 20 unidades produtivas inscritas no Registo Nacional do Artesanato. Por outro lado é reconhecido a importância de um trabalho mais profundo nas artes do filé e do Bordado da Terra do Sousa.

O TI é rico em património natural, designadamente pela bacia hidrográfica do rio Sousa, à qual se encontram associados os principais valores ecológicos, e em particular às galerias ripícolas. As linhas de água são, assim, importantes corredores ecológicos para muitas espécies, ligando simultaneamente o mosaico do território. A bacia hidrográfica rio Sousa surge como um fator integrador do território. desde a nascente. em

Felgueiras, até à confluência com o rio Douro, em Gondomar. Esta bacia hidrográfica é a maior da região do grande Porto, ocupando uma área de cerca de 559 km<sup>2</sup>, com os seus afluentes rios Ferreira, Mezio e Cavalum.

Em termos geológicos devemos realçar, no TI, a área das Banjas e Senhora do Salto onde ocorrem formações do Ordovícico, abrangendo a Formação de Santa Justa (Ordovícico Inferior) e a Formação de Valongo (Ordovícico Médio) fazendo parte do flanco normal do Anticlinal de Valongo. Ao longo das linhas de água ocorrem sedimentos mais recentes do Quaternário constituídos essencialmente por aluviões. Também significativos no contexto regional, e até nacional, são os ambientes rochosos ou rupícolas (afloramentos e escarpas), particularmente ricos em endemismos e relíquias ibéricas.

Em termos da flora do território temos de realçar principalmente a existência de 7 espécies endémicas; enquanto em termos de fauna existem 13 espécies classificadas como Vulneráveis no Estatuto Livro Vermelho Vertebrados ICN 2005.

No âmbito de um estudo desenvolvido pela ADER-SOUSA foram selecionados nas TS 5 Sítios de Interesse Natural (SIN): Pedreira, em Felgueiras; Mezio, em Lousada; Citânia de Sanfins, em Paços de Ferreira; Senhora do Salto e Banjas, em Paredes e Preisal e Vau, em Penafiel. Para além da caracterização de cada um dos SIN, o estudo contemplou a elaboração de projetos de intervenção e instrumentos para sua ordenação e gestão. No caso do SIN Senhora do Salto e Banjas, com 1572 ha, em virtude das suas características excecionais em termos ambientais, foi elaborado uma proposta de classificação e ordenamento para candidatar a Área de Paisagem Protegida de Âmbito Local.

## **Análise SWOT**

### **Principais Oportunidades**

Proximidade ao aeroporto Francisco Sá Carneiro; grande proximidade ao mercado da aglomeração urbana do Porto; valorização e crescimento dos segmentos de mercado de turismo ambiental e cultural a nível internacional; proximidade das Terras de Sousa a outros territórios e destinos turísticos que já possuem visibilidade internacional; proximidade ao mercado espanhol; utilização crescente das tecnologias de informação e comunicação; condições climatéricas favoráveis à produção de produtos hortofrutícolas primeur; valorização crescente da agricultura enquanto atividade económica geradora de emprego; valorização, pelo mercado, de produtos genuínos e de qualidade; crescente promoção e procura, pelo mercado, de vinho verde; existência de bolsa de terras; desenvolvimento da biotecnologia.

### **Principais Pontos Fortes**

### **Principais Ameaças**

As alterações climáticas; crise económica; políticas de consolidação orçamental em curso no País; imagem exterior da região; concorrência de outros territórios com recursos e características semelhantes; impacto potencial da política agrícola europeia; inexistência de apoios para o funcionamento das entidades gestoras das ZIF; inexistência de uma estratégia nacional para as questões do carbono; poder comercial crescente das grandes superfícies; concorrência preço de produtos agrícolas estrangeiros; atração que as áreas mais dinâmicas do País e do estrangeiro exercem sobre a população mais jovem e ativa.

### **Principais Pontos Fracos**

Capital de experiência de mais de 20 anos da Ader-Sousa; presença de população jovem; património histórico, cultural e paisagísticos; existência de produtos certificados ou em vias de certificação; setor agroalimentar com dinâmicas de desenvolvimento; existência de iniciativas de comercialização de proximidade; associativismo no setor florestal; existência de uma associação para a certificação florestal regional; diversificação da atividade nas explorações agrícolas; tendência de recuperação dos níveis educacionais; evolução de capital social; existência de uma cultura de empreendedorismo; importância que a questão social assumiu em sede de política local; elevado número de IPSS; o desenvolvimento de algumas respostas inovadoras no campo social; existência de experiências de cooperação, regionais, nacionais, e internacionais.

#### **Desafios e Fatores Críticos de Sucesso**

Descaraterização da paisagem; constrangimentos ao desenvolvimento da agricultura/floresta (explorações de pequena dimensão e dispersas, população envelhecida e com baixos níveis de qualificação, baixos níveis de produtividade e rendimento, perda do conhecimento acumulado, dificuldades de comercialização, falta de espírito cooperativo, necessidades de formação de técnicos e operadores, não valorização dos produtos florestais certificados, "monocultura" em pinheiro bravo e eucalipto, proprietários absentistas) e do turismo (fraca qualidade das áreas envolventes, falta de serviços de animação, oferta dispersa e não integrada, sazonalidade da atividade, deficiente sinalética, falta de promoção, falta de pessoal qualificado); desemprego de longa duração e jovem; baixa escolarização; pobreza; rede de serviços de assistência social escassa, isolamento dos idosos.

i-O desafio da qualificação do território e da articulação entre o rural e o urbano

O desordenamento e descaracterização da paisagem devido ao denso e disperso povoamento, onde coexistem o agroflorestal e o industrial, e o urbano e o rural se misturam sem harmonia, provocam pressão sobre os valores patrimoniais do território. Estes aspetos condicionam a qualidade de vida e constroem o potencial turístico e o aproveitamento das oportunidades que se colocam neste domínio. A resposta passa pela progressiva qualificação dos espaços mais relevantes e definição de produtos diferenciadores e atrativos para se afirmarem neste contexto

ii-O desafio da identidade e da imagem do território

A proximidade e dependência à AMP, reforçada pelo aumento das acessibilidades que esbatem a identidade e diferenciação, colocam dificuldades de imagem e afirmação do território. A resposta passa pelo reforço da identidade, criação de uma imagem autêntica e apelativa, apropriação pelos atores e população e sua promoção

iii-O desafio da diversificação económica, da valorização dos recursos endógenos e do acesso aos mercados  
Iniciativas empresariais que favoreçam a inovação, o crescimento das cadeias de valor e o acesso a mercados, são fulcrais para o reforço da competitividade, criação de emprego, geração e fixação de rendimento. São necessárias soluções inteligentes e ágeis assentes na leitura do mercado, criando condições que favoreçam o acesso a nichos que valorizem a qualidade dos produtos e de experiências que o território pode oferecer

iv-O desafio do emprego e da empregabilidade

O desemprego de longa duração, que afeta população com baixos níveis de qualificação, e o desemprego de jovens em situação de acesso ao primeiro emprego são um duplo desafio que apela a abordagens diferenciadas. No primeiro caso através de processos de qualificação, reconversão e apoio a iniciativas de criação do próprio emprego; e no segundo, como é uma população mais qualificada e mais empreendedora, através do apoio à criação de novas iniciativas

v-O desafio da coesão

O principal fator que coloca em causa a coesão social é a pobreza associada à perda de emprego, sobretudo quando ocorre nos dois elementos ativos da família. Porém, também a saúde mental, dependências, endividamento, jovens sem ocupação, violência doméstica e isolamento dos idosos são dimensões problema na área social. Coloca-se assim o desafio de possibilitar a criação de novas oportunidades de emprego aos abrangidos pelos problemas referidos

vi-O desafio do reforço de qualificação de capital humano

Existem carências em termos absolutos e comparativos com o que se verifica no País, pelo que importa incrementar a oferta formativa, especialmente para suportar as necessidades de desenvolvimento das fileiras florestal, agroindustrial e do turismo

vii-O desafio da criação de capital social e do reforço da capacidade institucional

A criação de um clima de confiança que reforce o envolvimento e participação ativa e cooperante entre os atores locais, designadamente nas áreas do associativismo e cooperação interinstitucional nos domínios agroflorestal, turismo, promoção territorial, empresarial e apoio social, de forma a criar condições de escala e de gama que melhorem a qualidade das intervenções

Em virtude da formatação do Programa, a Ader-Sousa apenas terá possibilidade para ter uma ação significativa sobre os desafios iii e iv, sendo que, procurará atuar sobre os restantes por outras vias.

## **Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL)**

### **Objetivos e vocação específica do DLBC**

#### **VISÃO**

TERRAS DO SOUSA 2020, um território competitivo que promove a integração e a harmonização entre as dinâmicas urbanas e rurais em favor do desenvolvimento coeso e sustentável das comunidades locais

## OBJECTIVOS

Os desafios anteriormente enunciados e a visão que orienta a estratégia DLBC enquadram um conjunto de objetivos estratégicos que formatam a Estratégia de Desenvolvimento Local do território de intervenção. A sua formulação atendeu aos resultados da avaliação estratégica e enquadram-se nas tipologias de intervenção estabelecidas para o FEADER, FSE e FEDER relativamente às DLBC rurais.

### Objetivo 1 - Qualificar e afirmar o território

#### Descrição

Este objetivo responde aos desafios i) e ii) e engloba ações de qualificação do território e de valorização dos seus recursos naturais, paisagísticos e culturais, em articulação com ações de desenvolvimento socioeconómico, que contribuam para o reforço da identidade das comunidades locais e para a imagem e atratividade do território.

O financiamento deste objetivo decorre dos montantes explicitados no Aviso, assim como da possibilidade de parceria recorrer complementarmente a outras prioridades do POR Norte, designadamente PI 9a e PI9vi.

#### Principais áreas de intervenção

- Valorização do património natural e cultural do território e dos respetivos contextos territoriais envolventes, designadamente a elaboração do projeto, obras de conservação, sinalética de itinerários, interpretação, animação e divulgação de material documental (FEDER);
- Renovação de aldeias, designadamente a elaboração do projeto, obras de recuperação e de beneficiação do património paisagístico e ambiental de interesse coletivo, sinalética de itinerários, interpretação, animação e divulgação de material documental (FEADER);
- Apoio ao desenvolvimento de produtos integrados, por exemplo na área do turismo (FEDER);
- Apoio a estratégias de marketing do território, produtos e serviços (FEDER);
- Apoio a ações que contribuam para a construção de uma imagem agregadora na qual os atores e a comunidade se revejam e que contribua para o reforço da identidade local e para a promoção no exterior (FEDER).

### Objetivo 2 - Valorizar os recursos endógenos, promover a inovação e o empreendedorismo e favorecer o acesso dos produtos locais aos mercados

#### Descrição

Este objetivo responde aos desafios iii) e iv) e engloba ações orientadas para a valorização dos recursos locais, para a melhoria das explorações agrícolas, para a diversificação da atividade económica local, para a transformação produtos agrícolas, para a comercialização de produtos locais, para o acesso aos mercados e ainda o apoio ao empreendedorismo e à inovação, que contribuam para o aumento do valor acrescentado e para o crescimento das principais cadeias de produtivas presentes no território.

O financiamento deste objetivo decorre dos montantes explicitados no Aviso, assim como da possibilidade de parceria recorrer complementarmente a outras prioridades do POR Norte, designadamente PI 8a, 8b e 8iii.

#### Principais áreas de intervenção

- Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (até ao montante máximo de 25 mil euros) incluindo apoio a equipamentos de prevenção contra roubos (FEADER);
- Pequenos investimentos de criação ou modernização de unidades de transformação de produtos agrícolas e comercialização de produtos locais (até ao montante máximo de 200 mil euros) de forma a garantir a competitividade e a sustentabilidade ambiental das atividades económicas (FEADER);
- Valorização de produtos locais de qualidade através de pequenos investimentos na transformação e comercialização desses produtos (FEADER);
- Pequenos investimentos dirigidos à diversificação de atividades na exploração agrícola para atividades não agrícolas (FEADER);
- Criação de circuitos curtos de distribuição e de comercialização de produtos agrícolas e transformados (FEADER);
- Promoção de produtos locais de qualidade nomeadamente no que respeita à análise de mercados e elaboração de estratégias de marketing, ações de promoção e comunicação e publicidade (FEADER);
- Desenvolvimento de atividade por conta própria. microempresas e criação de empresas (FEDER):

- Promoção da inovação no desenvolvimento de produtos do setor primário (FEDER).
- Formação estrategicamente orientada para o desenvolvimento de competências necessárias à implementação do presente objetivo (FSE).

### Objetivo 3 - Promover a empregabilidade e o emprego

#### Descrição

Este objetivo responde ao desafio iv) e engloba ações orientadas para a promoção do emprego e da empregabilidade, especialmente junto dos públicos-alvo mais afetados por situações de desemprego, a inclusão ativa e, complementarmente.

O financiamento deste objetivo decorre dos montantes explicitados no Aviso, assim como da possibilidade da parceria recorrer complementarmente a outras prioridades do POR Norte, designadamente PI 9a e 9i.

#### Principais áreas de intervenção

- Apoio a pequenas iniciativas de criação do próprio emprego promovidas por promotores em situação de desemprego (FSE / FEDER);
- Inclusão ativa, nomeadamente dirigida a população em desemprego de longa duração com dificuldade de voltar ao mercado de trabalho, e igualdade de oportunidades (FSE / FEDER);
- Melhoria da empregabilidade (FSE).

### Objetivo 4 - Promover a criação de capital social e o reforço institucional

#### Descrição

Este objetivo responde diretamente ao desafio v) e contribui para criar as condições de cooperação entre atores indispensáveis à consecução dos restantes objetivos da EDL; contribui também para a cooperação com outros territórios e outros GAL nacionais e de outros países e para o reforço da capacidade técnica e institucional necessárias à divulgação, gestão, implementação e avaliação da estratégia e à comunicação das realizações e resultados obtidos.

#### Principais áreas de intervenção

- Capacitação da governação local, incluindo o apoio à animação da estratégia, à cooperação entre os diferentes atores e ao desenvolvimento de ações articuladas, concebidas e implementadas em parceria no âmbito da consecução da estratégia (FEADER);
- Capacitação dos atores locais com intervenção na estratégia DLBC (FEADER);
- Cooperação interterritorial no âmbito do espaço nacional (FEADER);
- Cooperação transfronteiriça e transnacional orientada para a preparação de projetos de cooperação entre territórios de vários Estados-Membro ou com territórios de países terceiros (FEADER).
- Gestão, acompanhamento e avaliação da estratégia DLBC (FEADER);
- Capacitação das equipas técnicas (FEADER).

### **Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto**

A elaboração das estratégias que têm vindo a dar suporte a toda a longa atividade da Ader-Sousa tem sido sempre precedida da auscultação e participação alargada dos agentes locais, designadamente dos seus parceiros, cujo número tem vindo a aumentar constantemente. Assim, tem sido assegurado que as comunidades locais, direta ou sectorialmente representadas, participem num processo partilhado, em que se recolhem experiências, conhecimentos, anseios, enfim, a visão singular ou coletiva sobre o que melhor assegurará a melhoria da qualidade de vida no território.

A implementação da ELD compete à Assembleia-geral (AG) e à Direção de Projetos (DP), cuja nomeação é feita pela Direção da Ader-Sousa.

A AG é o órgão colegial constituído por todos os parceiros do GAL cujas principais funções são o acompanhamento e avaliação da estratégia, cabendo-lhe congregar as parcerias que os associados em cada momento representam, constituindo o fórum final de análise e discussão das questões estratégicas para a vida da associação. Será também neste fórum que caberá a apreciação e discussão final dos contributos consultivos que as outras entidades não associadas, mas vinculadas pelos Acordos de Parceria, aporem para o processo de desenvolvimento em que a associação está empenhada, nomeadamente dando corpo institucional ao envolvimento destes atores representativos em termos territoriais e/ou setoriais do território.

A DP é o órgão executivo, competindo-lhe executar a ELD e informar os parceiros do GAL e a população local do impacto da sua implementação. No contexto do modelo organizativo para a DLBC assume paralelamente o papel de órgão de acompanhamento e avaliação da EDL, reunindo nos momentos próprios, para além dos que integram a sua composição, o(s) parceiro(s) que se revelem decisivos para a boa tomada de decisão.

A DP para além de integrar elementos de todas as Câmaras Municipais do território, integra elementos de diversas entidades agrícolas, empresariais e socioculturais, facto que faz do mesmo um "observatório" assaz representativo da sociedade das Terras do Sousa, constituindo um meio de consulta e participação indireta das comunidades locais extremamente eficaz e credível.

Por outro lado, a presença constante nos mais diversos espaços de reflexão e debate de dirigentes e técnicos da associação tem como consequência uma recolha contínua de expectativas, de ideias, de realizações, ou seja, de um conjunto de informação sensível, posteriormente analisada e acolhida em sede das reuniões periódicas, quer estatutárias, quer de outra índole.

A Ader-Sousa ao longo da implementação da EDL promoverá uma série de ações de animação do território, tais como:

- Dinamização e envolvimento da população
- Valorização do património natural
- Valorização turística do património natural, cultural e edificado,
- Comercialização de proximidade
- Valorização dos produtos tradicionais (artesanato e alimentar)
- Reforço das capacidades empresariais (fileiras agroflorestal, turística e
- Indústrias criativas, culturais e recreativas
- Realização e/ou participação em atividades/eventos de promoção e divulgação do território e/ou seus produtos;
- Realização de oficinas de formação e seminários
- Estudos sobre temáticas relevantes para o território dentro dos objetivos da EDL

Para divulgação da ELD a Ader-Sousa utilizará, entre outros, os seguintes meios:

- Brochura
- Site
- Órgãos de comunicação social
- Cartazes/folhetos
- Eventos públicos
- Parceiros

### **Articulação da EDL com as EIDT NUTS III**

Em sede da candidatura à 1.ª fase de pré-qualificação do DLBC Rural Terras do Sousa 2020, foi feita a verificação ex-ante da coerência da EDL com as principais estratégias nacionais e regionais com incidência no território de intervenção, considerada condição essencial para a aferição da qualidade da proposta que se submeteu.

Procedeu-se, então, à análise da coerência da candidatura relativamente ao Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020, ao Programa Norte 2020, ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Comunidade Tâmega e Sousa e ainda ao Plano de Ação para a Empregabilidade da mesma Comunidade, na qual o território DLBC da Ader-Sousa se integra na quase totalidade.

Conforme pode ser comprovado através dos quadros anexados à data era densa a relação entre os objetivos estratégicos da EDL e as prioridades e objetivos estabelecidos em cada um dos instrumentos referidos. A estratégia da Ader-Sousa foi também coerente com o estabelecido na Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da AMP sobre DLBC.

No contexto da preparação da candidatura para a 2.ª fase de seleção das EDL, na sequência do diagnóstico elaborado, e em função das áreas temáticas a que se pretende dar resposta com a ADL, foram definidos 4 objetivos estratégicos a alcançar:

#### Objetivos Estratégicos:

- 1 - Qualificar e afirmar o território
- 2 – Promover o desenvolvimento da cadeia de valor agroindustrial e favorecer o acesso dos produtos locais aos mercados
- 3 – Promover a empregabilidade e o emprego
- 4 – Apoiar o empreendedorismo, a criação e a expansão de micro e pequenas empresas

A coerência entre a EDL e o Programa de Desenvolvimento Rural do Continente continua bem evidente sobretudo no forte alinhamento existente entre o objetivo 2 e as prioridades 1, 2 e 3 do PDR nomeadamente em matérias de apoio a pequenos investimentos nas explorações agrícolas, a pequenos investimentos na transformação e comercialização, a investimentos de diversificação de atividades na exploração, ao desenvolvimento de circuitos comerciais curtos e dos mercados locais e à promoção de produtos locais de qualidade, à inovação; e entre o objetivo 1 e a prioridade 4 em matéria de preservação dos ecossistemas locais.

A coerência entre a EDL e os objetivos prioritários estabelecidos no Programa Norte 2020 continua também muito consistente, com destaque para os alinhamentos entre os objetivos seguintes:

- Objetivo 1 da EDL e, principalmente, as prioridades 3, 6 e ainda 10 do Programa Norte 2020 nomeadamente no que respeita à conservação, proteção e promoção do património natural e cultural do território de intervenção e do seu aproveitamento para o desenvolvimento do turismo;
- Objetivo 3 da EDL e as prioridades 8 e 9 do Programa Norte 2020, principalmente em matérias de apoio à criação do próprio emprego, programas de acesso ao emprego, inclusão social e combate à pobreza, investimento em formação e produção de competências;
- Objetivo 4 da EDL e, nomeadamente, as prioridades 1,3 e 8 do Programa Norte 2020, em matérias como a promoção de sinergias entre empresas para aproveitamento de recursos endógenos do território, para a promoção do espírito empresarial, do empreendedorismo, do desenvolvimento de novas atividades e produtos, de pequenos investimentos e empresas, da sustentabilidade do emprego.

A coerência entre a EDL e o Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Comunidade Tâmega e Sousa foi confirmada pelo alinhamento existente entre os respetivos objetivos.

Reconsiderados neste contexto, considera-se mantida a coerência da articulação, nomeadamente no que diz respeito aos seguintes aspetos:

- O contributo do objetivo 1 da EDL para a consecução dos objetivos estratégicos 2 e 4 da EIDT do Tâmega e Sousa em matéria de qualificação e afirmação do território e a promoção do potencial turístico local;

- O contributo do objetivo 2 da EDL para a consecução dos objetivos 2 e 3 da EIDT do Tâmega e Sousa, nomeadamente em matérias como o fortalecimento do setor agroalimentar e a capacitação dos agentes económicos, enfim, a competitividade da economia local;
- O contributo do objetivo 3 da EDL principalmente para a consecução dos objetivos 3 e 6 da EIDT do Tâmega e Sousa em matéria de empregabilidade de forma a combater os problemas de desemprego e pobreza que se verificam na região, consequentemente reforçando a coesão social;
- Finalmente o contributo do objetivo 4 da EDL especialmente para os objetivos 3 e 5 da EIDT do Tâmega e Sousa em aspetos como a valorização económica dos recursos endógenos, o empreendedorismo e a cooperação, a capacitação dos agentes económicos, a criação de empresas e a competitividade.

A articulação entre a EDL, desagregada pelos eixos considerados, e a EIDT do Tâmega e Sousa que foi explicitada melhor se visualiza seguidamente:

Objetivos Estratégicos EDL (OE) 1 - Qualificar e afirmar o território

Objetivos Específicos / Eixos EDL (E):

1.1 - Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação ...

1.2 - Renovação de aldeias em territórios rurais

Objetivos EIDT Tâmega e Sousa (O):

DEI.2 - Defender a qualidade ambiental no Tâmega e Sousa, preservando o seu património natural e ..

OE 2 – Promover o desenvolvimento da cadeia de valor agro-industrial e favorecer o acesso dos produtos locais ...

E:

2.1 - Apoiar pequenos investimentos necessários ao desenvolvimento das explorações agrícolas

2.2. Apoiar investimentos na modernização de unidades de transformação e de comercialização de produtos agrícolas

2.3. Apoiar a diversificação de atividades na exploração para atividades não agrícolas

2.4. Desenvolver circuitos curtos de distribuição e de comercialização

2.5. Promoção de produtos locais de qualidade

O:

DEI.2

DEI.3 - Incentivar a inovação e a competitividade na economia do Tâmega e Sousa

OE 3 – Promover a empregabilidade e o emprego

E 3.1. Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que ...

O:

DEI.3

DEI.6 - Reforçar a inclusão social, ...

OE 4 – Apoiar o empreendedorismo, a criação e a expansão de micro e pequenas empresas

E 4.1. Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas ...

O:

DEI.3

DEI.5 - Fortalecer ..., da inclusão e da competitividade

Reafirma-se, por outro lado, que a presente proposta EDL contribui também para a consecução de alguns dos objetivos estabelecidos pelo Plano de Ação para a Promoção da Empregabilidade em matérias como a melhoria da qualificação de população adulta, nomeadamente em áreas técnicas especializadas do tecido socioeconómico local e no combate ao desemprego.

A Ader-Sousa compromete-se ainda a promover a articulação da estratégia DLBC com outros programas e instrumentos que venham a ter incidência no território de intervenção.

## Programa de Ação e Investimentos

## Programa de Ação

### Eixos, objetivos estratégicos e específicos, e principais resultados a atingir

A definição da estratégia foi já objeto de tratamento no âmbito dos pontos anteriores referentes aos “objetivos e vocação específica da DLBC” e do “Programa de Ação”. O presente ponto permite, no entanto, reafirmar que a elaboração da presente estratégia obedeceu aos princípios orientadores das intervenções Leader nomeadamente no que respeita aos aspetos seguintes: - Promove uma abordagem ao território baseada num diagnóstico estratégico que permitiu evidenciar as principais vantagens competitivas, as necessidades de reorientação estratégica e as defesas a mobilizar para o desenvolvimento económico local, a criação de emprego, a coesão e a sustentabilidade do território; - Evidencia uma coerência com as estratégias nacionais, regionais e setoriais e, principalmente, com a EIDT da NUT III, conforme foi apresentado na fase de pré-candidatura e em ponto próprio da presente candidatura; - Define, em ponto próprio, os resultados esperados por fundo financiador; - Capitaliza o resultado de um conjunto de trabalhos e de momentos que mobilizaram os principais atores do território representativos dos setores pertinentes; - Promove, na organização do seu quadro de objetivos, uma abordagem integrada mobilizando os aspetos mais representativos da identidade dos territórios e dos seus recursos; - Inscreve-se nos instrumentos disponibilizados pelos programas operacionais pertinentes que asseguram o enquadramento dos objetivos e medidas propostos. Em resultado deste processo e dos montantes aprovados na 2ª fase de candidatura pela Autoridade de Gestão apresentamos o Programa de Ação por programa de financiamento e respetivas prioridades de investimento. PO NORTE 2020 PI 6c Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural, do EP 4 Qualidade Ambiental – FEDER Eixo 1 Qualificar e afirmar o território (Ob Est) Medida 1.1. Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico, incluindo em particular aquele que já é Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO (Ob Esp) INDICADORES Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado – 1,18 Aumento de 425 visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiadas de apoio 42 Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros 42.461,25€ de fundo FEDER. Medida 1.2. Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação (Ob Esp) INDICADORES Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado – 1,18 Aumento de 425 visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiadas de apoio 42 Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros 42.461,25€ de fundo FEDER. PI 8a Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas, do EP 6 Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores – FEDER Eixo 4 Apoiar o empreendedorismo, a criação e a expansão de micro e pequenas empresas (Ob Est) Medida 4.1. Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho (Ob Esp) INDICADORES Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado - 1,43 19 Empresas beneficiam de apoio 382.151,25€ de fundo FEDER 27 postos de trabalho. Medida 4.2. Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas (O específico) INDICADORES Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado - 1,43 19 Empresas beneficiam de apoio 382.151,25€ de fundo FEDER 27 postos de trabalho. PI 8iii Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras, do EP 6 Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores – FSE Eixo 3 Promover a empregabilidade e o emprego (Ob Est) Medida 3.1. Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho (Ob Esp) INDICADORES 64 pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego 50% das pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, permanecem 12 meses após o fim do apoio 1.415.375,00€ de fundo FSE. PDR 2020 Medida 10 LEADER – Desenvolvimento Rural – FEADER Eixo 1 Qualificar e afirmar o território (Ob Est) Medida 1.3. Renovação de aldeias (Ob Esp) INDICADORES 14 projetos apoiados 14 beneficiários apoiados 205.246,42€ de FEADER aplicado 228.051,58€ de despesa pública aplicada 456.103,13€ de investimento realizado Eixo 2 Promover o desenvolvimento da cadeia de valor agroindustrial e favorecer o acesso dos produtos locais aos mercados (Ob Est) Medida 2.1 Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (Ob Esp) INDICADORES 40 projetos apoiados Rácio entre projetos e beneficiários apoiados – 1 3,57 % de explorações ou beneficiários



apoiados 410.492,84 € de FEADER 456.103,16 € de dotação pública 912.206,31 € de investimento Medida 2.2 Pequenos investimentos na transformação e comercialização (Ob Esp) INDICADORES Rácio entre projetos e beneficiários apoiados – 1 6 projetos apoiados 0,24% de explorações ou beneficiários do território apoiados 410.492,84 € de FEADER 456.103,16 € de dotação pública 1.013.562,31 € de investimento Medida 2.3 Diversificação de atividades na exploração (Ob Esp) INDICADORES Rácio entre projetos e beneficiários apoiados – 1 9 projetos apoiados 0,36% de explorações ou beneficiários do território apoiados 9 empregos criados 718.362,47€ de FEADER 798.180,52 € de despesa pública 1.773.734,49 € de investimento Medida 2.4 Cadeias curtas e mercados locais (Ob Esp) INDICADORES Rácio entre projetos e beneficiários apoiados – 1 2 projetos apoiados 0,08% de explorações ou beneficiários do território apoiados 153.934,82 € de FEADER 171.038,68 € de despesa pública 342.077,37 € de investimento Medida 2.5 Promoção de produtos locais de qualidade (Ob Esp) INDICADORES 2 projetos apoiados 0,08% de explorações ou beneficiários do território com investimento apoiado 153.934,82 € de FEADER 171.038,68 € de despesa pública 342.077,37 € de investimento

### **Definição da estratégia de desenvolvimento local**

A EDL definiu os principais desafios que se colocam à região, a formulação da visão e dos objetivos a prosseguir, as principais áreas de intervenção, bem como, os contributos para os resultados esperados, evidenciando a sua coerência às opções de desenvolvimento estabelecidas no Programa do Norte 2020, no PDR e na estratégia da CIM do Tâmega e Sousa, com base nos pontos anteriores. Constitui uma resposta integrada aos principais problemas que se colocam ao desenvolvimento do território, construída segundo uma abordagem ascendente e estratégica com o envolvimento de uma parceria pertinente que abrange os atores representativos dos diferentes domínios de intervenção. Assim, a sua abrangência ultrapassa o conjunto de medidas que serão possíveis concretizar com os fundos alocados no âmbito do DLBC Rural, implicando o desenvolvimento de outras tipologias de ação e a mobilização de outros instrumentos financeiros, complementares e potenciadores dos resultados que nos propomos atingir no âmbito da EDL.

**O1 -Qualificar e afirmar o território**

**Principais áreas de intervenção:** Valoriz. do patrim. edificado, natural e cultural e respetivos contextos territoriais envolventes, sinalética de itinerários, interpretação e animação-FEDER DLBC-R+PONorte Renov. de aldeias-FEADER DLBC-R e FEDER PONorte Desenvolv. de produtos integrados (ex. no turismo)-FEDER PONorte Realiz. de estratégias de marketing do território-FEDER PONorte Ações que contribuam para a construção de imagem agregadora na qual os atores e a comunidade se revejam, contribuindo para reforçar a identidade local e a promoção no exterior-FEADER DLBC-R e FEDER PONorte Contributo para resultados esperados: Sítios e espaços valorizados Aumento de visitantes Aumento das dormidas Ações de marketing territorial

**O2-Valorizar os recursos endógenos, promover a inovação e o empreendedorismo e favorecer o acesso dos produtos locais aos mercados**

**Principais áreas de intervenção:** Invest. nas expl. agrícolas-FEADER DLBC-R Invest. de criação ou moderniz. de unid. de transf. de prod. agríc. e sua comerc.-FEADER DLBC-R Valoriz. de prod. locais de qualidade-FEADER DLBC-R Invest. dirigidos à diversif. de ativid. na expl. agríc.-FEADER DLBC-R Criação de circuitos curtos de distribuição e comerc. de prod. agríc. e transf.-FEADER DLBC-R Promoção de prod. locais de qual. considerando os mercados e elaboração de estratégias de marketing, ações de prom. e comunicação e publicidade-FEADER DLBC-R e FEDER PONorte Desenvolv. de ativid. por conta própria e criação de empresas-FEDER DLBC-R Promoção da inov. no desenvolv. de produtos do setor primário-FEDER-DLBC-R Formação orientada para o desenvolv. de competências necessárias à implementação do presente objetivo-FSE DLBC-R e FEADER-PDR2020 Contributo para resultados esperados: % de explorações agrícolas apoiadas % de unidades industriais apoiadas Peso da DP no apoio as expl. agrícolas Peso da DP no apoio a unid. industriais Peso da DP no apoio a cadeias curtas e mercados locais Postos de trabalho das emp. apoiadas Emp. apoiadas Mobiliz. de invest privado Pessoas abrangidas por formação

**O3-Promover a empregabilidade e o emprego**

**Principais áreas de intervenção** Apoio a iniciativas de criação do próprio emprego promovidas por promotores em situação de desemprego-FSE DLBC-R e FEDER DLBC-R Inclusão ativa para desempregados de longa duração-FSE POISE e DLBC-R; FEDER DLBC-R Incubação de proj. e empresas na área social-FSE/FEDER DLBC-R Melhoria da empregabilidade-FSE DLBC-R Empreendedorismo social e inovação social para responder a necessidades sociais não satisfeitas-FSE POISE Inovação social nomeadamente proj. e ações com vocação inclusiva e solidária, portadores de novas respostas a necessidades sociais presentes no território-FSE POISE Qualificação das pessoas, incluindo o apoio a jovens tecnicamente habilitados para a implementação de projetos de inovação social-FSE POISE Contributo para resultados esperados População abrangida por processos de inovação social Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego Jovens e adultos integrados em ações de formação

**O4-Promover a criação de capital social e o reforço institucional**

**Principais áreas de intervenção:** Capacitação da governação local, incluindo na animação, coop. entre os diferentes atores e desenvolv. de ações articuladas, concebidas e implem. em parceria-FEADER DLBC-R Capacitação dos atores locais com intervenção na estratégia-FEADER DLBC-R Coop. interterritorial, nacional e transnacional orientada para a inov. e troca de boas prática-FEADER DLBC-R, FEDER PONorte e outros Gestão, acomp. e avaliação da estratégia-FEADER DLBC-R Capacitação das ET-FEADER DLBC-R Contributo para resultados esperados: Ações de dinamização da EDL Estudos necessários ao desenvolv. da estratégia Acomp. e avaliação Ações de coop. interterritorial, nacional e transnacional Ações de prom. da estratégia e de comunicação de resultados

### Investimentos, Ações e Metas

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização	Indicador de Resultado	Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
--	-------	---------------------------------------	-------------------------	------------------------	--

			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	1.1. Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico, incluindo em particular aquele que já é Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	106,00	425,00	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	0,01	0,04	42 461,25€
99.M10 - LEADER	FEADER	1.3. Renovação de aldeias	Projetos apoiados	5,00	14,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0,00	0,00	205 246,42€
99.M10 - LEADER	FEADER	2.1 Pequenos investimentos nas explorações agrícolas	Projetos apoiados	12,00	40,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	0,48	1,59	410 492,84€
99.M10 - LEADER	FEADER	2.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização	Projetos apoiados	2,00	6,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	0,08	0,24	410 492,84€

99.M10 - LEADER	FEADER	2.3. Diversificação de atividades na exploração	Projetos apoiados	3,00	9,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	0,12	0,36	718 362,47€
99.M10 - LEADER	FEADER	2.4. Cadeias curtas e mercados locais	Projetos apoiados	1,00	2,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	0,04	0,08	153 934,82€
99.M10 - LEADER	FEADER	2.5. Promoção de produtos locais de qualidade	Projetos apoiados	1,00	2,00	Explorações ou Beneficiários com investimento apoiado em regimes de qualidade	0,04	0,08	153 934,81€
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	3.1. Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	38,00	64,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem em 12 meses após o fim do apoio	40,00	50,00	1 415 375,00€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	4.1. Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho	Empresas que beneficiam de apoio	4,00	19,00	Postos de trabalho criados	5,00	27,00	382 151,25€

09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	1.2. Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de áreas classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	106,00	425,00	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	0,01	0,04	42 461,25€
--	-------	--	--	--------	--------	--	------	------	------------

09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	4.2. Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas	Empresas que beneficiam de apoio	4,00	19,00	Postos de trabalho criados	5,00	27,00	382 151,25€
--	-------	--	----------------------------------	------	-------	----------------------------	------	-------	-------------

**Outros Indicadores (Indicador base de PI e Indicadores complementares)**

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Medidas 1.1 e 1.2 e Eixo 4				R9101 – Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado	0,08	1,40	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	1.3. Renovação de aldeias	Despesa pública	81,45	228,05				0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	1.3. Renovação de aldeias				N.º de beneficiários apoiados	5,00	14,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Eixo 2	O1 - Despesa pública	725,96	2052,46				0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Eixo 2	P2A/P3A - Projectos/Beneficiários apoiados	1,00	1,00				0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Eixo 2				Beneficiários apoiados	24,00	73,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Eixo 2				Explorações apoiadas	19,00	59,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Eixo 2				P6B - Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	7,00	19,00	0,00€

**Total da Proposta de Contratualização por Fundo**

Fundo	Valor
FEDER	849 225,00€
FEADER	2 052 464,20€
FSE	1 415 375,00€
<b>Total</b>	<b>4 317 064,20€</b>

**Pressupostos**

Embora se continue a considerar estes pressupostos congruentes com o histórico e estratégia para o território, face às dotações atribuídas, passam a não ter correspondência com o quadro IAM FEADER Considerando: A ADER-SOUSA geriu no SP3 na M31 e A321 cerca de 7.500.000€ e a A111 e A112 do SP1 teve 600.570€ de investimento A pop. abrangida foi 149.692 hab A área abrangida foi 344km<sup>2</sup> Resulta um valor médio de 54,11€/hab Tendo o atual território da DLBC uma pop. de 149.508 hab e uma área de 388km<sup>2</sup> verifica-se que é muito semelhante ao anterior logo, aplicando o valor de 54,11€/hab, temos 8.090.612,86€ Considerando a redução da dotação do FEADER (-45%) resultam 4.449.837€ Porém, considerando as expectativas da pop. local, os contactos realizados por possíveis beneficiários e apoiada pelo histórico das subvenções anteriores, a ADER-SOUSA entende que a dotação indicada é escassa, pelo que propomos uma dotação FEADER mínima de 5.000.000€ para o território FSE Considerando que O FSE no Aviso é 30.000.000€ Dividindo por 21 GAL Norte dá 1.428.571,43€/GAL O que resulta de FSE para os 16 GAL Rural Norte 22.857.142,86€ Atribuindo-se uma base para cada GAL (50%) de 714.285,71€ Resultam 11.428.571,43€ de FSE a dividir pelos mesmos 16 GAL, segundo critérios de pop., desempregados e benef. de RSI Aplicando os critérios referidos temos: Critério População (20% $\times$ Pop ADER-SOUSA/Pop Norte) 207.995,96 € Critério Desemprego (50% $\times$ Desemp ADER-SOUSA/Desemp Norte) 651.847,63€ Critério RSI (30% $\times$ Benef RSI ADER-SOUSA/Benef RSI Norte) 459.098,68€ Assim resulta uma dotação de 2.033.227,98€ para o território FEDER Considerando que: O FEDER no Aviso é de 18.000.000€ Dividindo por 21 GAL Norte credenciados dá 857.142,86€/GAL O que resulta de FEDER para os 16 GAL Rural Norte 13.714.285,71€ Atribuindo-se uma base para cada GAL (50%) de 428.571,43€ Resultam 6.857.142,86€ de FEDER a dividir pelos mesmos 16 GAL, segundo critérios de população, desempregados e beneficiários de RSI Aplicando os critérios referidos temos: Critério População (20% $\times$ Pop ADER-SOUSA/Pop Norte) 124.797,57€ Critério Desemprego (50% $\times$ Desemp ADER-SOUSA/Desemp Norte) 391.108,58€ Critério RSI (30% $\times$ Benef RSI ADER-SOUSA/Benef RSI Norte) 275.459,21€ Assim resulta uma dotação de 1.219.936,79€ para o território Total da dotação 8.253.164,77€ PRESSUPOSTOS PARA DISTRIBUIÇÃO POR MEDIDAS Considerando o aviso, os reg., o histórico, o conhecimento do território e a forma de trabalhar da ADER-SOUSA, resulta em: M11: 1.219.936,88€ (máx. 10% FEDER; proj até 35.000€/taxa 85%), prevê-se apoiar 5 proj M12: 500.000€ (máx. 10% FEADER; proj até 50.000€/taxa 50%) prevê-se apoiar 25 proj M21: 1.000.000€ (máx. 40% FEADER com a M22; proj até 25000/taxa 50%) prevê-se apoiar 72 proj M22: 1.000.000€ (máx. 40% FEADER com a M21; proj até 200.000€/taxa 50%) prevê-se apoiar 9 proj e criar 9 pt M23: 1.750.000€ (proj até 200.000€/taxa 50%), prevê-se apoiar 15 proj e criar 15 pt M24: 500.000€ (proj até 200.000€/taxa 50%) prevê-se apoiar 5 proj M25: 250.000€ (proj até 200.000€/taxa 50%) prevê-se apoiar 5 proj M31: 2.033.227,98€ (único eixo FSE) prevê-se criar 75 pt considerando um valor médio de 22.100€/PT, sendo que, os restantes 375.727,98€ serão aplicados na qualificação de empregados ou beneficiários que criem o seu emprego M41: 1.097.943,11€ (proj até 100.000€/taxa 50%), prevê-se a criação/apoio a 10-12 empresas.

## Realização para Áreas de Cooperação (DLBC Rurais e Costeiros)

A Ader-Sousa dentro das áreas em que tem desenvolvido a sua atividade, não obstante poderem surgir outras que venha a considerar pertinentes e relevantes para atingir os objetivos de a que se propõe na DLBC e mesmo em termos estatutários, perspectiva a sua participação nas seguintes áreas temáticas de cooperação:

**Animação e dinamização da população**

Objetivo: Envolver a população num modelo de desenvolvimento económico, cultural e social, com base nos recursos locais, através da valorização de ambos numa perspectiva de mercado em rede.

Metas: Envolver 5 aldeias e aumentar em 40% o n.º de visitantes às mesmas.

Mais-valias: Dinamização socioeconómica e reforço da cidadania ativa.

Parceiros: Nacionais e transnacionais.

**Valorização e promoção turística do património natural, cultural e edificado**

Objetivo: Dinamização e promoção turística do património natural, cultural e edificado, através da sua colocação em rede, incluindo sempre que possível ações de valorização.

Metas: Estabelecer uma rede de promoção e realização de 5 ações de promoção / divulgação

Mais-valias: Dinamização socioeconómica e valorização do património natural, cultural e edificado

Parceiros: Locais, nacionais e transnacionais

**Comercialização de proximidade**

Objetivo: Reforço do estabelecimento de redes de comercialização de cadeia curta e valorização dos seus

agentes

Metas: Aumentar em 10% o número de produtores e 25% o n.º de consumidores envolvidos no comércio de proximidade

Mais-valias: Dinamização económica e valorização dos produtos locais

Parceiros: Nacionais e transnacionais

Reforço das capacidades empresariais nos 3 setores

Objetivo: Reforço da capacitação dos empresários locais

Metas: Realizar 5 trocas de boas práticas / oficinas e envolver 50 empresários

Mais-valias: Valorização e capacitação do capital humano

Parceiros: Locais, nacionais e transnacionais

Valorização e promoção dos produtos / serviços

Objetivo: Agregação de valor aos produtos / serviços através da inovação, numa perspetiva da nova economia da cultura e da criatividade

Metas: Valorizar 3 produtos / serviços tradicionais

Mais-valias: Dinamização económica e valorização de produtos / serviços tradicionais

Parceiros: Nacionais

Reforço da identidade territorial

Objetivo: Estabelecer uma estratégia de identidade local com base nas principais “âncoras” do território

Metas: Identificar as “âncoras” e definir a estratégia

Mais-valias: Reforço da autoestima local e do reconhecimento interno e externo do território

Parceiros: Locais, nacionais e transnacionais

Promoção conjunta do território

Objetivo: Estabelecimento de redes de promoção conjunta das Terras do Sousa

Metas: Realizar de 10 ações de promoção / divulgação do território e dos seus recursos

Mais-valias: Dinamização económica, valorização dos produtos locais e reforço da cooperação interterritorial

Parceiros: Locais

Boas práticas de reconhecimento e aproveitamento dos recursos do território

Objetivo: Realização de estudos de suporte ao desenvolvimento de algumas das ações / atividades desenvolvidas no âmbito da DLBC

Metas: Realizar 3 estudos / reconhecimento de boas práticas

Mais-valias: Aumento do conhecimento sobre o território, conhecimento e disseminação de boas práticas realizadas noutros territórios, valorização dos agentes do território

Parceiros: Locais, nacionais e transnacionais

## Modelo de Governação

### Modelo de Governação

#### **Modelo de gestão e organização que assegure a prossecução da EDL com eficácia e eficiência, incluindo descrição**

Será de acordo com a contratualização e as regras que vierem a ser definidas pelos sistemas de gestão e controlo da Autoridade de Gestão, sendo que a implementação da ELD competirá à Assembleia-geral (AG) e à Direção de Projetos (DP), cuja nomeação é feita pela Direção da Ader-Sousa.

A AG, constituída por todos os parceiros do GAL, terá como principais funções o acompanhamento e avaliação da ELD através da:

- Análise e aprovação dos relatórios de execução
- Avaliação da evolução da realização dos objetivos
- Aprovação de grandes alterações à ELD ou mesmo a sua revisão

A DP, órgão de gestão, terá as seguintes atribuições:

- Representar a AS junto das autoridades nacionais e comunitárias

- b) Garantir de forma eficiente e eficaz a dinamização e gestão da ELD
- c) Coordenar e assegurar a gestão técnica, administrativa e financeira do orçamento da ELD e dos fundos públicos colocados à sua disposição
- d) Avaliar periodicamente os progressos verificados no sentido da realização dos objetivos específicos da ELD
- e) Assegurar a segregação de funções e mecanismos de prevenção de conflitos de interesse e redução do risco de fraude
- f) Aprovar o Manual de Procedimentos proposto pela ET
- g) Aprovar os critérios de seleção a aplicar aos PA em sede de avisos de abertura de candidatura, submetidos em conformidade com os respetivos regulamentos específicos e em coerência com os objetivos definidos na ELD
- h) Analisar as propostas dos avisos de abertura de candidatura referentes às medidas definidas na EDL, definindo as tipologias de investimento ou ações a financiar em função da execução da ELD
- i) Decidir sobre os PA apresentados após a verificação dos critérios de elegibilidade e de seleção, quando aplicáveis, sobre as condicionantes pré-contratuais e dos demais requisitos exigidos pela legislação comunitária e nacional aplicável, de acordo com as normas de procedimento
- j) Decidir sobre alteração, extinção, prorrogação, transmissão, redução e exclusão dos PA
- k) Decidir sobre os PP apresentados pelos beneficiários, podendo delegar essa atribuição no coordenador da ET
- l) Assegurar a organização do processo de validação dos documentos de suporte à tomada de decisões
- m) Exercer funções de acompanhamento e controlo das operações financiadas
- n) Exercer quaisquer outras competências que sejam acordadas com a Autoridade de Gestão
- o) Aprovar os relatórios de execução da ELD
- p) Decidir delegar as suas atribuições sobre a prorrogação e alteração dos PA, desde que estas não impliquem correções financeiras ao valor total dos mesmos

ÁREAS FUNCIONAIS DA EQUIPE TÉCNICA, respeitando a segregação de funções:

#### Área Administrativa e Financeira

- a) Tratamento dos dados estatísticos, físicos, financeiros e outros relativos à execução das operações, para atualização do Quadro de Gestão da ELD
- b) Enviar o Quadro de Gestão da ELD, numa periodicidade trimestral, para a DP

#### Área de Análise de Projetos

- a) Emitir pareceres técnicos sobre a admissibilidade e mérito dos PA apresentados, devendo para o efeito
- b) Proceder à realização da audiência prévia junto dos beneficiários com base nos pareceres técnicos emitidos, devendo para o efeito

#### Área de Acompanhamento e Controlo de Projetos

- a) Proceder à recolha dos dados estatísticos, físicos, financeiros e outros relativos à execução das operações apoiadas, bem como relativos à execução de outras operações apoiadas no âmbito de outras medidas da DLBC e restantes instrumentos de política incidentes no território de intervenção
- b) Proceder a pelo menos uma visita a cada local de operação objeto de apoio ao investimento, a fim de verificar a realização do mesmo
- c) Verificar para cada PP relativo aos PA aprovados e contratualizados

#### Área de animação e divulgação

- a) Criar dispositivos de informação da população local com ações de abrangência territorial
- b) Criar dispositivos de participação dos parceiros locais na implementação, acompanhamento e avaliação da ELD
- c) Promover a aplicação e articulação coerente dos instrumentos de política incidentes no território
- d) Promover o encontro e o diálogo entre as pessoas, a aproximação entre os sectores, o intercâmbio do saber e a complementaridade entre as competências
- e) Promover os recursos endógenos do Território de Intervenção

#### Área da cooperação:

Estabelecer contactos com outros GAL ou outros grupos locais ativos no desenvolvimento rural no sentido de desenvolver ações comuns para:

- a) Promover a qualificação dos territórios rurais
- b) Viabilizar a abertura de novas oportunidades de mercado e desenvolvimento do tecido económico e social
- c) Reunir massa crítica ou mobilizar recursos para a transferência de conhecimentos e resolução de problemáticas locais de importância regional, nacional ou transnacional
- d) Promover redes regionais, nacionais ou transnacionais de empreendedorismo, inovação e

desenvolvimento do território

e) Gerar valor acrescentado e potenciar a complementaridade entre as ações da EDL

**Mecanismos de acompanhamento e avaliação, que garantam a monitorização e reajustamentos à EDL, tendo em vista os resultados contratualizados**

**MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO**

Conforme se referiu em ponto anterior, será dada uma grande ênfase ao acompanhamento da EDL, prevendo-se o alargamento informal das composições estatutárias dos órgãos Assembleia-geral (AG) e Direção de Projetos (DP) de tal forma que, em determinados momentos, a avaliação e decisão possam ser amplamente participadas, alargando ainda mais o espetro setorial dos associados a outras valências importantes para a ponderação de resultados.

A formalização deste aspeto fundamental poderá passar pela alteração estatutária que consagre um órgão consultivo, representativo dos interesses próprios de cada setor, responsável para com periodicidade adequada, avalie a implementação da EDL, nomeadamente se a mesma, prosseguindo os interesses coletivos que lhe subjazem, não deixa de atingir metas e resultados particulares a cada área de intervenção temática ou setorial.

Paralelamente, ao nível da Equipa Técnica, serão definidas tarefas de acompanhamento da EDL, criando-se responsabilidades de permanente atualização de dashboards criados para o efeito, recorrendo a suportes informático que permitam automatizar a atualização decorrente de novos carregamentos.

Obviamente que, para o efeito, atempadamente serão definidos os indicadores chave e os marcos, estabelecendo-se cronograficamente a sua medição.

A AG, a DP e o órgão consultivo poderão assim, periodicamente, dispor de relatórios preparados pela Equipa Técnica que lhes permitirão aferir com oportunidade do rumo que a implementação da EDL leva e fazer os ajustes que se considerem necessários, assegurando assim uma monitorização efetiva da execução da EDL.

Tendo presente a composição dos órgãos estatutários, e nomeadamente do órgão consultivo, verifica-se que os parceiros do GAL disporão de mecanismos de participação para o acompanhamento da EDL.

Com regularidade, a ADER-SOUSA publicará no seu site, e por vezes noutros suportes comunicacionais que se revelem adequados, a informação relevante que aqueles órgãos de acompanhamento considerem oportuno difundir às comunidades locais.

O estabelecimento destas medidas de monitorização acolherão igualmente os procedimentos que vierem a ser exigidos pelas autoridades de gestão, de forma a que todo o trabalho possa ser o mais eficiente possível, e se anulem duplicações desnecessárias.

**MODALIDADE E INSTRUMENTOS PREVISTOS PARA A AVALIAÇÃO INTERNA DA EDL**

Ao longo da implementação da EDL, será realizada uma avaliação ongoing, que culminará com a edição de uma brochura com a publicação dos resultados, fazendo-se referência aos projetos com maior impacto.

Ao longo do programa serão elaborados relatórios de execução de acordo com as normas regulamentares, que servirão para fazer o seu acompanhamento e avaliação.

No final será realizada uma avaliação da execução global da EDL.

No âmbito do SGQ, a ADER-SOUSA monitorizará o desenvolvimento dos processos respetivos, resultando desta forma também uma auditoria contínua da implementação da EDL.

**AÇÕES DE ANIMAÇÃO E PROMOÇÃO DO TERRITÓRIO**

A ADER-SOUSA ao longo da implementação da EDL promoverá uma série de ações para envolvimento população, designadamente nas fases de Avisos de Abertura de Concursos.

Por outro lado, há algumas atividades de animação do território que a ADER-SOUSA pretende continuar a realizar, contando com o envolvimento direto da população, designadamente:

- Atividades de fomento da preservação e/ou valorização da natureza e/ou do ambiente (ex.: Projeto Rios)
- Atividades de fomento da comercialização de proximidade e circuitos curtos (ex. PROVE)
- Atividade Bolsa de Terras
- Atividade de dinamização, envolvimento e animação da população local (Ex.: Há Festa na Aldeia)
- Realização de ações de formação
- Realização de seminários
- Realização e/ou participação em atividades/eventos de promoção e divulgação do território e/ou seus produtos;
- Estudos sobre temáticas relevantes para o território dentro dos objetivos da EDL

#### AÇÕES A REALIZAR E MEIOS A UTILIZAR PARA PUBLICITAR A EDL DENTRO DO TERRITÓRIO E DIFUNDIR OS SEUS RESULTADOS

Após ser credenciada como gestora da DLBC para as Terras do Sousa, a ADER-SOUSA procederá à divulgação do programa de incentivos, a qual ficará definida no Manual de Procedimentos, mas que incluirá certamente as seguintes atividades:

a) Edição de uma brochura com o seguinte conteúdo: apresentação do território, dos objetivos estratégicos e da estratégia delineada; apresentação das medidas e ações que constituem a EDL; a descrição de cada uma das ações, incluindo o objetivo específico, os beneficiários, o nível e limite das ajudas, as despesas elegíveis e plano financeiro; assim como o regulamento de implementação da EDL.

A brochura será distribuída pelos associados para que estes a façam chegar aos respetivos associados; pelas juntas de freguesia e pelas paróquias do território para serem colocadas à disposição da população

b) Disponibilização da informação relativa à EDL no site da ADER-SOUSA. No site existirá um espaço exclusivo sobre a EDL das Terras do Sousa, o qual para além de notícias/informações específicas, será dividido em 5 separadores:

- DLBC, com informação sobre o programa
  - EDL com informação sobre: a estratégia e objetivos da mesma; o Grupo de Ação Local; a parceria; o órgão de gestão; a análise de contexto; a caracterização do território; a análise swot; a estratégia de desenvolvimento local; e plano financeiro
  - Candidaturas, com informação sobre como se deve submeter uma candidatura ao EDL; legislação aplicável; e algumas questões relevantes, como seja a obtenção do NIFAP e a publicitação dos apoios
  - Pedidos, com informação sobre como submeter um Pedido de Pagamento e um Pedido de Alteração;
  - Execução, com informação sobre a evolução do EDL em termos financeiros e de Pedidos de Apoio
- c) Publicitação da Abertura de Avisos de Concurso às ações nas rádios e / ou jornais da região e através de cartazes colocados na sede de todos os associados, nas juntas de freguesia e nas paróquias do território
- d) Realização de sessões de apresentação, que serão publicitadas nas rádios e jornais locais, para sensibilização da população, onde para além da apresentação da DLBC/EDL será distribuída a brochura.
- f) Divulgação da EDL, sempre que possível e oportuno, em iniciativas locais, tais como feiras e seminários
- g) Serão dados todos os esclarecimentos solicitados pelos possíveis promotores e, quando solicitado, serão realizadas visitas aos locais dos possíveis projetos, para se averiguar das suas potencialidades, e avaliar desde logo o seu enquadramento na DLBC.

Por outro lado, ao longo da execução da EDL, sempre que possível e considerado oportuno, serão utilizados os meios disponíveis (jornais, rádios, internet, sessões públicas, inaugurações de projetos, etc.) que permitam a divulgação daquele e de alguns dos projetos de maior impacto e de carácter inovador que e possam servir de exemplo a outros.

## Documentos



Tipo	Nome	Data	Utilizador
Outros	DLBC_R_TS2020-ExtAtaD_Conselho Consultivo.pdf	25/07/2015 16:13	188917187
Órgão de Gestão e da Estrutura Técnica Local	DLBC_R_TS2020-Equipa Tecnica.pdf	25/07/2015 16:10	188917187
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-039.pdf	26/07/2015 16:28	188917187
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-039.pdf	20/11/2015 17:33	
Órgão de Gestão e da Estrutura Técnica Local	DLBC_R_TS2020-Orgao Gestao.pdf	25/07/2015 16:10	188917187
Protocolo de parceria	DLBC_R_TS2020-Protocolo Parceria.pdf	25/07/2015 16:10	188917187
Outros	DLBC_R_TS2020-ExtAtaDP_Aprovacao Candidatura.pdf	25/07/2015 16:11	188917187
Outros	DLBC_R_TS2020-ExtAtaD_Aprovacao Candidatura.pdf	25/07/2015 16:11	188917187
Outros	DLBC Rural_ADER-SOUSA_Indicadores_CCRN.pdf	30/09/2015 15:42	503046337
Outros	DLBC_R_TS2020-ExtAtaD_Alteracao OG.pdf	25/07/2015 16:12	188917187
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-039.pdf	30/09/2015 17:05	

<b>Resumo dos Dados:</b>			
Nome Beneficiário	ADER-SOUSA-ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DAS TERRAS DO SOUSA	NIF	503046337
Submetido por	JOSE DIAS DE ALMEIDA SOUSA GUEDES	NIF	188917187
Data de Submissão	14-12-2015		



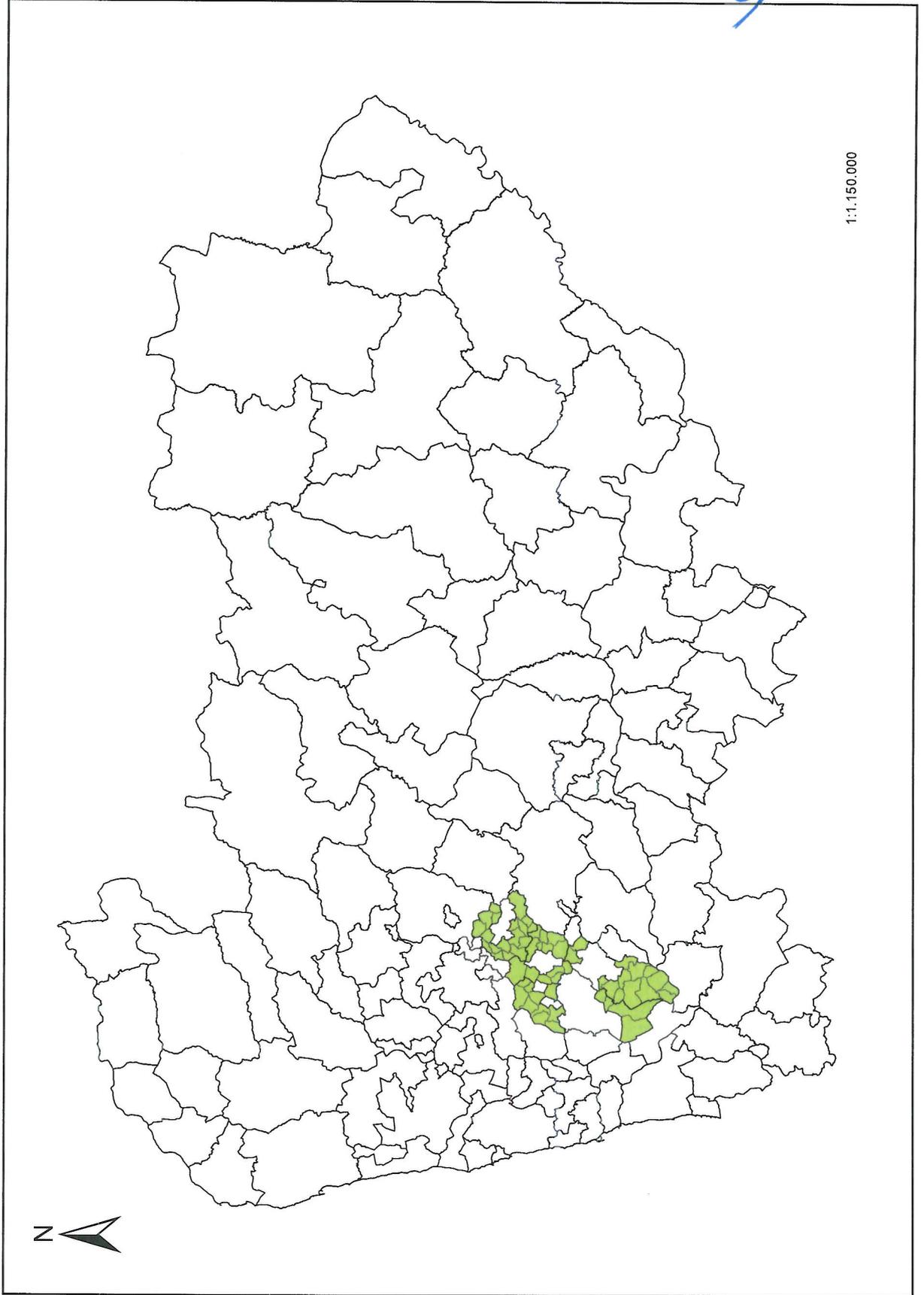


→  
CF

## ANEXO 2



DLBC RURAL: GAL ADER SOUSA



1:1.150.000

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten 'ct']*




**Território de Intervenção - ADER-SOUSA**

Concelho	Freguesia	N.º Residentes Habitações
FELGUEIRAS	Aião	856
	Airões	2486
	Friande	1838
	Idães	2496
	Jugueiros	1303
	Penacova	1130
	Pinheiro	1042
	Pombeiro de Ribavizela	2218
	Refontoura	2081
	Regilde	1284
	Revinhade	811
	Sendim	1627
	União das freguesias de Pedreira, Rande e Sernande	3487
	União das freguesias de Torrados e Sousa	3465
	União das freguesias de Unhão e Lordelo	1157
	União das freguesias de Vila Cova da Lixa e Borba de Godim	6191
	União das freguesias de Vila Fria e Vizela (São Jorge)	1203
União das freguesias de Vila Verde e Santão	1585	
LOUSADA	Aveleda	2073
	Caíde de Rei	2529
	Lodares	2002
	Macieira	1344
	Meinedo	4052
	Nevogilde	2617
	Sousela	1797
	Torno	2542
	Vilar do Torno e Alentém	1342
	União das freguesias de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida)	2166
	União das freguesias de Figueiras e Covas	2108
	União das freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo Estêvão)	5775
	União das freguesias de Nespereira e Casais	3486
	Aveleda	2073



Concelho	Freguesia	N.º Residentes Habitações
PAÇOS DE FERREIRA	Carvalhosa	4583
	Eiriz	2303
	Ferreira	4341
	Figueiró	2496
	Meixomil	3676
	Penamaior	3819
	Raimonda	2576
	Seroa	3646
	Fração Arreigada	6263
	Sanfins Lamoso Codessos	5763
PAREDES	Aguiar de Sousa	1631
	Cete	3113
	Parada de Todeia	1848
	Sobreira	4300
	Aguiar de Sousa	1631
PENAFIEL	Bustelo	1697
	Cabeça Santa	2528
	Canelas	1649
	Capela	1044
	Croca	1769
	Eja	1037
	Fonte Arcada	1584
	Irivo	2182
	Paço de Sousa	3891
	Sebolido	919
	Valpedre	1576
	Rio Mau	1407
	Lagares e Figueira	2866
Termas de São Vicente	5028	
<b>Total População ADER-SOUSA</b>	<b>149 628</b>	

4-

~~1-1~~

9

# ANEXO 3



Investimento. Ações e Metas: DLBC Rural 99-2015-02-0039 – ADER-SOUSA

PI	Fundo	Eixo/Medida	Indicador de Realização		Indicador de Resultado		Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	
9.6	FSE	8iii b) Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho.	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	38	64	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	50% 1.415.375,00
							Total FSE 1.415.375,00
	FEDER	8a b) Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho.	Empresas que beneficiam de apoio	4	19	Postos de trabalho criados	5 382.151,25
	FEDER	8a g) Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas.	Empresas que beneficiam de apoio	4	19	Postos de trabalho criados	5 382.151,25
9.10	FEDER	6c a) Património Cultural: i) Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico, incluindo em particular aquele que já é Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO.	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	106	425	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	11 42 42.461,25
	FEDER	6c b) Património Natural: i) Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação.	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	106	425	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	11 42 42.461,25
	FEDER		Nº Estratégias	1	1	Efeito Multiplicador do investimento público no investimento Privado	0,8 1,4
							Total FEDER 849.225,00
							Total 2.254.600,00



Quantificação das metas dos indicadores de desempenho do contrato (realização e resultado) para 2018 e 2023

ADER-SOUSA - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DAS TERRAS DO SOUSA

PO	PI/ Medida	Fundo	Tipologia	Indicadores Investimento				Indicador de resultado				Dotação FUNDO a contratar	
				Indicador de realização		Indicador		Meta 2018		Meta 2023			Unidade medição
				Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Unidade medição	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Unidade medição		
PDR2020	99.M10	FEADER	Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas	Projetos apoiados	12	40		Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0	0		410 492,84	
PDR2020	99.M10	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização	Projetos apoiados	2	6		Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	2	6		410 492,84	
PDR2020	99.M10	FEADER	Diversificação de atividades na exploração	Projetos apoiados	3	9		Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	3	9		718 362,47	
PDR2020	99.M10	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais	Projetos apoiados	1	2		Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	1	2		153 934,82	
PDR2020	99.M10	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais	Projetos apoiados	1	2		Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	1	2		153 934,82	
PDR2020	99.M10	FEADER	Renovação de aldeias	Projetos apoiados	5	14		Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0	0		205 246,42	
PDR2020	99.M10	FEADER	Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas					Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação	12	40			
PDR2020	99.M10	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização					Beneficiários apoiados, na modernização	2	6			
PDR2020	99.M10	FEADER	Diversificação de atividades na exploração					Explorações ou Beneficiários apoiados	3	9			
PDR2020	99.M10	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais					Beneficiários apoiados	1	2			
PDR2020	99.M10	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais					Beneficiários apoiados	1	2			
PDR2020	99.M10	FEADER	Renovação de aldeias					Beneficiários apoiados	5	14			
<b>Total</b>											<b>2 052 464,21</b>		

